

União pode negar aval aos Estados

BRASÍLIA — O Governo já sabe como recuperar as perdas de receita que a União terá caso as negociações que o Presidente Sarney quer reabrir com a Comissão de Orçamento do Congresso não atenuem a rolagem da dívida de Estados e Municípios. Todos os créditos já negociados pelos Estados com entidades financeiras internacionais não terão o aval da União nos próximos anos. A medida poderá significar uma perda de dinheiro novo para os Estados de quase US\$ 2 bilhões (cerca de CZ\$ 1,2 trilhão pelo câmbio oficial) em 1989.

A aplicação desta medida, que foi discutida ontem pelo Presidente Sarney com o Ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, permitiria que a União se valesse destes créditos para dar andamento a programas e projetos do próprio Governo federal. Segundo avaliação de um Assessor do Palácio do Planalto, os Estados não terão como garantir a entrada destes recursos sem o aval do Tesouro Nacional. O Assessor entende que os Tesouros Estaduais não têm caixa para garantir o aval negado pela União.

A transferência dos créditos já negociados com Estados para o âmbito da União, de acordo com este Assessor, será garantido por mecanismos incorporados aos contratos de financiamento elaborados por organismos internacionais de crédito, como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A medida não atinge, entretanto, outros créditos já solicitados por São Paulo e Rio de Janeiro que poderão ser obtidos em 1989 sem o aval da União.

Apesar do esforço do Presidente em reabrir as negociações junto à Comissão de Orçamento, técnicos da área econômica já estão estudando a retirada do aval da União sobre estes créditos externos. Ao primeiro sinal de fracasso nos entendimentos, a operação será desencadeada.